

24 OUT 1986

O ministro Marco Maciel concorda com o deputado Ulysses Guimarães em que o Congresso atual terá de definir com quem ficará a prerrogativa de elaboração da legislação ordinária. O chefe do Gabinete Civil observa, a propósito, que, na verdade, quatro câmaras funcionarão ao mesmo tempo: a Câmara, o Senado, o Congresso e a Constituinte.

Mas logo adverte Marco Maciel para as dificuldades de aprovação da emenda constitucional proposta pelo presidente da Câmara, que dispõe sobre a criação de uma comissão composta de 70 deputados e senadores para se incumbir, privativamente, da elaboração das leis ordinárias enquanto a Constituinte estiver em ação.

Lembra o ministro que os constituintes eleitos no dia 15 de novembro dificilmente abdicariam de uma prerrogativa importante, como a da elaboração das leis ordinárias, em favor de uma comissão de 70 escolhidos entre eles para se investir privativamente dessa atribuição. Admite, todavia, que em torno da emenda Ulysses Guimarães se estabeleça uma negociação entre as lideranças de que resulte uma fórmula de consenso.

Apresentada há cerca de três meses pelo presidente da Câmara dos Deputados, a proposta de emenda constitucional provocou violenta reação dos senadores. O líder do governo e da bancada do PMDB no Senado,

Alfredo Campos, criticou abertamente, levantando a suspeita de que Ulysses estaria interessado em extinguir o Senado para implantar o unicameralismo no Brasil.

Nem por isso, Ulysses desistiu. Pelo contrário, iniciou um trabalho de articulação que começa a produzir resultados. Alguns senadores passaram a admitir o exame da emenda do presidente da Câmara, desde que sejam introduzidas algumas alterações. E já surgiu a idéia de que a comissão dos deputados e senadores seja mensalmente renovada, de forma a dar oportunidade de integrá-la a todos os 487 deputados e 72 senadores, o que mostra como estava certo Marco Maciel quando dizia que dificilmente os eleitos abdicariam de qualquer uma de suas prerrogativas.

Alguns políticos ligados a Ulysses Guimarães acreditam que ele não se mostrará intransigente na negociação em torno de sua proposta de emenda constitucional. Pelo contrário, o presidente da Câmara aceitaria negociar algumas alterações em sua emenda, preocupado em que se defina urgentemente com quem ficará a faculdade de elaboração da legislação ordinária.

O deputado Pimenta da Veiga, líder da bancada do PMDB na Câmara, que passou ontem por Brasília, admite que a emenda Ulysses Guimarães vai ser colocada em absoluta prioridade nas negociações entre as lideranças logo depois das

eleições de 15 de novembro.

Pimenta quer discutir com os líderes das demais bancadas as proposições que poderiam ser incluídas na pauta de votação mediante entendimento. E o próprio Pimenta já afasta a possibilidade de que entre essas matérias seja incluída a mensagem presidencial que dispõe sobre a garantia do direito de greve, tendo em vista a complexidade da matéria e a controvérsia que provocou no meio sindical do País.

A emenda Ulysses poderá ser aprovada durante o período normal de sessões que vai do dia 17 de novembro a 5 de dezembro. Existe, ainda, a possibilidade de que o Congresso Nacional seja convocado extraordinariamente a partir do dia 8 de dezembro, quando se encerraria a sessão legislativa, até próximo ao Natal.

A proposta do presidente da Câmara dos Deputados, de qualquer maneira, só poderá ser aprovada mediante entendimento, mesmo porque emenda constitucional requer quorum de dois terços, um número de votos que o PMDB e o PFL não estariam em condições de oferecer, pelo menos na atual legislatura.

Deve-se registrar, todavia, que houve uma sensível evolução entre os senadores que já admitem um entendimento, quando antes não aceitavam qualquer conversa. As conversas que o presidente do PMDB manteve já produziram resultados concretos.

PMDB espera manter a Aliança

São Paulo - O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, manifestou a esperança de manter a aliança de seu partido com o PFL com vistas à Constituinte e desmentiu que estaria planejando nos bastidores o encurtamento do mandato presidencial para quatro anos. Essa informação circulou no Planalto e na Câmara sustentada pelo argu-

mento que, devido à sua idade avançada (70 anos), Ulysses Guimarães estaria pretendendo diminuir o mandato do presidente José Sarney para concorrer às eleições presidenciais.

Porém, Ulysses Guimarães rebateu essa posição, afirmando que "o mandato de Sarney será resolvido na Constituinte, assim como o de todos os presidentes que o sucederem e eu jamais

iria equacionar um assunto de interesse perene na nossa história visando beneficiar meus projetos pessoais". O presidente nacional do PMDB espera que como aliado ao PFL seu partido consiga eleger no mínimo 60 por cento da bancada à Constituinte, onde os políticos peemedebistas concentrarão seus esforços por uma causa a longo prazo.